



OCUPAR AS RUAS PARA DEFENDER OS NOSSOS DIREITOS E AS NOSSAS VIDAS



É PRECISO ESTAR

#ATENTAEFORTE

8 DE MARÇO • DIA DE LUTA, DIA DE MULHER

O Brasil passou por graves crises políticas nos últimos anos. Primeiro houve um golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, reeleita com 51,64% dos votos. Depois, o ilegítimo Michel Temer (MDB) assumiu o posto para colocar em prática a retirada de direitos, dar fim aos benefícios sociais e reduzir a qualidade de vida da população que ele, como traidor, prometeu aos setores da sociedade e do mercado que só visam o lucro.

Temer conseguiu aprovar a terceirização sem limites e a reforma trabalhista, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e reduziu, pela primeira vez na história, o salário mínimo dos trabalhadores e trabalhadoras. Também conseguiu aprovar a Emenda Constitucional do "Teto dos Gastos", que congelou por 20 anos os investimentos em educação, saúde e infraestrutura, reduzindo investimento de áreas prioritárias para o povo. A cesta básica ficou mais cara, a gasolina também. E, como era de se esperar, fez de tudo para sucatear empresas nacionais, como a Petrobras.

Todas as medidas pioraram a vida das mulheres, principalmente das mulheres negras que são as que recebem os piores salários e vivem em piores condições.

A nova legislação trabalhista, por exemplo, estabeleceu modificações absurdas, permitindo contratos precários

ou por tempo parcial, salários flexíveis e que grávidas trabalhem em locais insalubres, com frio, radiação ou barulho.

Ao mesmo tempo, com a redução de investimentos públicos já se vê hospitais limitando atendimento aos pacientes, postos de saúde com falta de profissionais e de medicamentos e creches e pré-escolas atendendo cada vez mais as crianças por apenas meio período, como se isso se adequasse à realidade das famílias.

Temer seguiu à risca a cartilha dos bancos e, enquanto servia os patrões, o país voltava para o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Tem muito mais pela frente

Para completar a retirada de direitos, Temer tentou aprovar a reforma da Previdência. Mas isso ele não conseguiu. A CUT, seus sindicatos, os movimentos sociais e a sociedade civil promoveram greves para barrar a proposta. Estiveram nas ruas o tempo todo dialogando com os trabalhadores e trabalhadoras, explicando que a saída para qualquer crise anunciada pelo governo seria resolvida com emprego, políticas públicas, distribuição de renda e reforma tributária. Sim, é preciso cobrar os devedores, as grandes

empresas, os latifundiários, os sonegadores e não fazer o povo pagar a conta. E foi com muita resistência que terminou o governo Temer.

Mais do que nunca, temos que ocupar as ruas para defender os nossos direitos e as nossas vidas. Participe do seu sindicato e lute por seus direitos!

O pior está por vir

No dia 20 de fevereiro, Bolsonaro apresentou a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC que propõe mudanças drásticas na Previdência Social. Seu governo pretende aumentar a idade e mexer no tempo de contribuição para se aposentar. Na prática, a população irá morrer trabalhando e dificilmente conseguirá ter acesso a uma aposentadoria digna e a uma vida de qualidade.

Leia mais nas páginas 2 e 3

Para aprovar a PEC da Previdência, primeiro são necessários os votos favoráveis de 308 dos 513 deputados em dois turnos de votação. Depois, é preciso apoio de 49 dos 81 senadores também em duas rodadas de votação. É muito importante que a população se manifeste diante desta tragédia.



Entre no site da Contraf-CUT (www.contrafcut.org.br), da CUT (www.cut.org.br) e da RBA (www.redebrasilatual.com.br) para ter informações da agenda de atividades e acompanhar as mobilizações.



Pressione os deputados a votarem contra a reforma da Previdência. Entre nos sites www.napressao.org.br e www.reajaagora.org.br

SEIS MENTIRAS QUE JÁ CONTARAM PRA VOCÊ SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Atrás das propagandas de rádio e de TV se escondem verdades. Dá só uma olhada como tentam enganar você!

1. A reforma vai ser boa para o país

MENTIRA!

Eles querem trocar o atual modelo de contribuição pelo modelo de capitalização em contas individuais. Hoje essa contribuição é feita entre você, o patrão e o Estado, garantindo uma Previdência pública que prevê cobertura para auxílio doença, salário-maternidade, pensão por morte e acidente de trabalho. No modelo capitalização, você perde direitos, ficará por sua conta e o seu dinheiro será administrado por seguradoras, fundos de pensão e bancos da forma que eles bem entenderem. Taxas abusivas? Problema seu. Se o banco falir? **O PROBLEMA É SEU...** Você vai ficar desprotegido e, na prática, ganhará **menos da metade de um salário mínimo** quando quiser se aposentar.

Atualmente

Previdência Pública

Quem contribui 35 anos com R\$ 79,84 recebe uma aposentadoria mensal de R\$ 998,00

Veja como será*

Previdência Privada

Quem contribuir 35 anos com R\$ 100,00 recebe uma pensão mensal de R\$ 234,54*

*Renda vitalícia; perfil de investimento conservador; sem aporte de entrada (opções similares às características da previdência social pública); Resultados obtidos no Simulador Zurich.

2. A reforma foi um sucesso em outros países

MENTIRA!

Depois de cerca de 30 anos da mesma reforma, os idosos de países como Chile, Colômbia, México e Peru vivem na extrema miséria. A reforma fracassou. Não possuem dinheiro para moradia, para comer e para remédios. O resultado disso é um alto número de suicídios. Isso mesmo, o povo tem preferido morrer nesses países a viver numa situação dramática de pobreza.

DÍVIDA PÚBLICA & REFORMA

A Previdência faz parte de um sistema maior, que é o da Seguridade Social. Ela é financiada, além das contribuições de patrão e empregado, por outras contribuições como o PIS e a Confins, que são impostos federais pagos por trabalhadores e empresas.

Pois bem, todo esse dinheiro que o governo arrecada na Previdência vai para uma conta. Depois, o governo vai planejar seu orçamento público e a forma como quer distribuir o dinheiro no país.

Só que, desde 1994, foi aprovada uma proposta que hoje se chama Desvinculação das Receitas da União (DRU). Sabe o que é isso? Uma espécie de brecha. É uma autorização que permite ao governo remanejar, como bem quiser, até 30% do dinheiro da Previdência, para dar mais flexibilidade no Orçamento do país.

E o que o governo passou a fazer? Quando o resultado de todas as receitas e despesas do governo estava positivo (o tal superávit primário), ele começou a tirar bilhões da Previdência para abater ou pagar parte dos juros da dívida pública que, aqui entre nós, só serve pra beneficiar banqueiros e rentistas. Ou seja, não há rombo na Previdência, mas um "roubo".

Isso mostra que não é a Previdência que está quebrada, mas o Estado que fica tirando recursos públicos para os bancos. É exatamente isso que a campanha em defesa da "reforma" da Previdência de Bolsonaro não mostra.

Só que aposentadoria é direito conquistado. Serve pra manter o país equilibrado. O que será do Brasil no futuro se a população idosa não tiver mais aposentadoria ou passar a receber menos do que um salário mínimo? Usar todo dinheiro que sobra

de trabalho e de ensino, o direito de votar, a entrada na política, a pílula anticoncepcional e a revolução sexual... nada disso veio de mão beijada. Infelizmente, muitas mulheres ainda são vítimas de violência e injustiças. Além de muito a avançar, agora nós mulheres também precisamos estar atentas e fortes. Isso porque, com a política imposta pelo novo governo, corremos sérios riscos de perder muitos de nossos direitos duramente conquistados.

E, isso já começou. A nova regra fiscal impõe a redução do tamanho do gasto do governo central na economia. Isso inviabiliza qualquer plano de expansão do acesso aos direitos sociais. Redução do número de famílias contempladas com o Bolsa Família; Reforma do abono salarial e do seguro desemprego; A redução dos gastos de Saúde, com forte impacto no SUS; Fim de novos aumentos reais do salário mínimo e, principalmente, a Reforma da Previdência atacam diretamente as mulheres.

Do total das aposentadorias concedidas a mulheres, entre 2014 e 2017, parte expressiva foi por idade, uma vez, que as mulheres são as que apresentam maior dificuldade em alcançar a aposentadoria por tempo de contribuição. São elas que se inserem de forma mais precária no mercado de trabalho pela ausência de políticas públicas. Em dezembro de 2014, 88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres, sendo que, dessas famílias, 68% eram chefiadas por

mulheres negras.

A proporção de mulheres chefes no total de famílias cresceu de 27,5%, para 33,1%. Os movimentos sociais e feministas já estão atentos. Agora, é fundamental que todas as mulheres se informem e se unifiquem nesta luta de combate a todos esses retrocessos.

Elaine Cutis

Secretária da Mulher da Contraf-CUT

3. O povo tem privilégios demais

MENTIRA!

Povo quem? Você trabalha a vida toda, atura as alterações de humor do patrão que comete assédio contra você, passa mais de 2 horas no transporte público, nem sempre tem aumento de salário e, mesmo assim, não deixa de contribuir com a aposentadoria. E onde está o privilégio nisso se a média da aposentadoria dos brasileiros é pouco mais de R\$1.300? Querem te convencer que a reforma é um mal necessário e colocar as contas da recessão no seu bolso.

4. A reforma vai acabar com as grandes aposentadorias

MENTIRA!

Sim, a proposta de reforma da Previdência prevê que os futuros deputados e senadores, por exemplo, entrem automaticamente dentro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Mas quem garante que isso vai acontecer e que os parlamentares votarão contra seus próprios privilégios? Isso nunca aconteceu. Os representantes do judiciário e parlamentares hoje se aposentam com benefícios acumulados. Com valores que ultrapassam o teto constitucional, chegam a receber R\$39 mil, mas tem quem acredita que isso irá acabar.

A CUT PROPÕE

Para termos um país justo, a CUT faz 4 propostas. 1) Acabar com a DRU, que desvia recursos para pagar juros aos bancos; 2) Cobrar os devedores e combater a fraude e a sonegação, com aumento da fiscalização; 3) Formalização do emprego com carteira assinada; 4) Alterar a forma como são cobrados os impostos no Brasil, passando a tributar as grandes fortunas, as heranças, os iates, os lucros e dividendos dos acionistas de grandes empresas.

DUPLA JORNADA

As mulheres ganham no geral 30% menos do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Elas estão sujeitas ao desemprego, à informalidade e cumprem jornada dupla ou tripla, já que trabalham na semana aproximadamente cinco horas a mais do que os homens. Ou seja, exercem sua profissão fora de casa, mas ainda cuidam - na maior parte do tempo - dos filhos e dos afazeres domésticos praticamente sozinhas. Mesmo assim, desconsiderando todos os desafios da vida das mulheres, o governo Bolsonaro

CORTES NO PIS/PASEP

O abono salarial do PIS/Pasep de R\$ 998/ano, pago às trabalhadoras que ganham até dois salários mínimos, irá acabar. Isso prejudicará 91,5% do total de brasileiros (as) que têm este perfil e que

SALÁRIO-MATERNIDADE

Além de diminuir o valor do salário mínimo, o governo mandou para o Congresso a Medida Provisória (MP) 871/2019.

Com essa medida, que atinge diversos grupos e situações, o salário-maternidade deve ser requerido em até 180 dias do parto ou da adoção. Ou seja, se a mulher não solicitar em até 6 meses ela perderá o direito ao salário-maternidade. Antes o prazo era de 5 anos. Porém, é importante lembrar que muitas mães acabam pedindo



É preciso estar atenta e forte

O ano de 2019 já está se desenhando como um dos mais difíceis da história para os brasileiros. Mas, principalmente, para as mulheres. Historicamente, todas as conquistas das mulheres só vieram depois de muita luta. Os primeiros espaços no mercado

A violência contra a mulher dia após dia

Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres precisam ser ampliadas; do contrário, conquistas contra o feminicídio podem acabar

O número de denúncias de violência contra mulheres tem aumentado a cada dia. Informações do Mapa da Violência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre crimes de violência doméstica ou discriminação pela condição feminina apontam que uma mulher é vítima de feminicídio a cada duas horas no Brasil. Só em São Paulo, no ano passado, 148 assassinatos foram registrados contra mulheres, de acordo com boletins de ocorrência.

Entretanto, uma medida do governo federal preocupa ainda mais as mulheres sindicalistas e os movimentos sociais, pois pode aumentar muito essa estatística: a liberação do porte de armas.

Dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostram



Imagem: Pixabay

que no período em que o porte de armas era liberado no Brasil, as taxas de homicídio subiam em ritmo acelerado. Em 1993, o país tinha 14 homicídios para cada 100 mil habitantes. Já em 2003, esse número subiu para 36 homicídios para cada 100 mil habitantes. Após as restrições do porte, com a sanção do Estatuto do Desarmamento em 2003, o número parou de crescer.

Diferentes pesquisas, nacionais e internacionais, mostram que flexibilizar o porte de armas, como fez o governo Bolsonaro por meio de decreto, fará com que essa taxa volte a crescer.

Para a vida das mulheres, essa flexibilização pode ser ainda mais alarmante se considerados os dados atuais, em que as armas são de difícil acesso. O estudo "Raio-X do Feminicídio em São Paulo", feito pelo Ministério Público, aponta que entre 2016 e 2017, 66% dos casos de morte de mulheres no estado aconteceram na casa da vítima. Já no levantamento nacional do Instituto Sou da Paz, diz que 40% das mulheres foram mortas por armas de fogo. Ou seja, com arma em casa, o ambiente de violência doméstica passa a ser mais ameaçador.

A Contraf-CUT é contrária a essa flexibilização, pois entende que todas as evidências apontam que há menos segurança nos espaços em que existem mais armas e que sua liberação não pode significar a transferência do papel do governo

para a população no combate à criminalidade. Para a entidade, é preciso ter um plano consistente de políticas públicas de enfrentamento à violência, o que não foi apresentado até o momento.

Para piorar esse cenário, leis que enquadram o agressor correm sérios riscos de afrouxamento ou podem desaparecer por conta das ações de governantes que dificultam ainda mais a coibição de crimes contra as mulheres.

Em São Paulo, por exemplo, ao assumir o governo, João Doria (PSDB) descumpriu uma promessa de campanha e vetou o projeto de lei da deputada estadual Beth Sahão (PT) pela abertura das Delegacias da Mulher 24 horas, inclusive aos finais de semanas e feriados, um instrumento fundamental para apurar e reduzir a violência por gênero. Além disso, em sua curta passagem como prefeito da capital paulista, de 2017 a 2018, Doria extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Para as mulheres sindicalistas, é preciso aprimorar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, além de facilitar o acesso aos mecanismos de fiscalização dessas ações.

Conquistas como a Lei Maria da Penha, sancionada pelo ex-presidente Lula e reconhecida como uma das melhores do mundo, devem ser fortalecidas. Nela, os agressores passaram a ser presos em

flagrantes ou terem a prisão preventiva decretada. Bater na companheira deixou de ser caso de foro íntimo ou de pagamento de cesta básica para se tornar um crime. A medida também permitiu que medidas protetivas para a mulher ameaçada de morte, como o afastamento do agressor ou a proibição do contato com a mãe e filhos, fossem adotadas.

Em 2018, quando a Lei Maria da Penha completou 12 anos, o Disque 180, telefone que recebe denúncias sobre violência por gênero, registrou no primeiro semestre 73 mil denúncias. Uma elevação de 600% quando comparada com os 12 mil casos registrados em 2006, ano em que a central passou a funcionar.

Mas a plena execução deste programa, e de tantos outros, depende de medidas como a

Casa da Mulher Brasileira, um programa federal criado pela ex-presidenta Dilma, que integra serviços como apoio psicossocial, delegacia, juizado e alojamento de passagem. Com proposta inicial de construir 27 unidades, apenas sete foram abertas por conta dos descasos do governo seguinte. Em alguns estados, sequer estão em pleno funcionamento, como ocorre no Distrito Federal, Roraima e São Paulo.

Por isso, é importante garantir que nenhuma perda mais aconteça e seguir na luta para que os governos assumam suas responsabilidades no combate à violência contra a mulher.

Nossa luta é todo dia!

Sabrina Bittencourt foi uma das mulheres que não resistiu à violência. Abusada desde os 4 anos por membros da igreja que era frequentada por seus pais e seus avós, tornou-se uma militante da defesa de minorias e, em 2018, ajudou a denunciar mais de 500 casos de abuso cometidos contra mulheres pelo líder religioso João de Deus.

Mas, em fevereiro deste ano, resolveu tirar a própria vida. A luta de Sabrina não foi em vão e jamais será esquecida. O seu exemplo deve inspirar a luta em defesa das mulheres que são vítimas diárias do machismo e da violência.